

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
08 de outubro de 2018 - Nº 641 - www.sindipetrocaxias.org.br



HADDAD NO 2º TURNO

DEFESA DA DEMOCRACIA CONTRA A BARBÁRIE

Durante os 12 anos de governo do PT foram gerados 20 milhões de empregos ao mesmo tempo em que cresceu a formalização, aumentou a fiscalização do Ministério do Trabalho e cresceram as varas da Justiça do Trabalho no país. Ou seja, o mercado de trabalho ficou mais regulado ao mesmo tempo em que surgiam milhões de empregos novos a cada ano. O valor de mercado da Petrobrás teve crescimento de nada menos que



1250% durante o governo Lula. Segundo levantamento da consultoria Ecomatica, o valor da estatal saltou de US\$ 15,4 bilhões em 2002 para US\$ 207,9 bilhões, em 2009. Não pode-se negar a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que saíram da pobreza nos anos em que o PT governou o país. Hoje, após o 1º turno de uma eleição histórica, o país se prepara para o dia 28 de outubro. O dia em que será de

batalha entre grandes empresários e o povo trabalhador. Entre a democracia e a barbárie.

Não podemos fechar os olhos para a realidade. O candidato dos patrões, da direita, fomenta o ódio e a violência na sociedade brasileira. Sua proposta de governo não apresenta nenhuma solução para gerar emprego e renda, aquecer a economia e promover o desenvolvimento econômico, com justiça e inclusão social. Pelo contrário,

prevê a venda de todas as empresas estatais, a volta da escravidão, o trabalho informal, além do aumento de impostos para os mais empobrecidos.

Para Haddad, candidato da esquerda, essa é uma eleição incomum, que coloca muita coisa em risco, até mesmo a Constituição Federal de 1988. “Essa eleição coloca muita coisa em jogo. Não portamos armas, vamos com a força do argumento para defender as nossas ideias e o povo,

em especial o povo mais pobre”, declarou após o resultado do último domingo.

Para o diretor do Sindipetro Caxias, Paulo Cardoso, este é o momento de todos os petroleiros e petroleiras defenderem com todas as forças a maior empresa deste país. “Defender a Petrobrás pública, não é só defender nossos empregos, mas defender um Brasil onde haja inclusão social, trabalho, investimento em saúde e educação e dignidade”, afirmou.

*"Os poderosos podem matar 1, 2 ou 100 rosas.
Mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera."*

Luiz Inácio Lula da Silva - Abril de 2018

Eleição CIPA REDUC

Com a participação de 63,15% dos trabalhadores da REDUC, no dia 02/10 foi apurado o resultado da eleição para gestão 2018-2019 da CIPA. De acordo com o documento divulgado pela empresa, 447 trabalhadores votantes não participaram da eleição. A direção do Sindipetro Caxias lamenta a falta de interesse destes petroleiros, que mesmo passando por todo o golpe que está sendo imposto na Petrobrás, deixaram que outros escolhessem

seus representantes. E parabeniza aos que dispuseram um pouco de tempo para votar em seus colegas e fazer parte do processo democrático.

Parabeniza ainda todos petroleiros eleitos, que terão pela frente muita luta em prol de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos. E principalmente aos eleitos apoiados pelo Sindipetro Caxias como as companheiras Ana Regina, Andressa Delbons, Conceição Aparecida e o companheiro Alex Barcelos.



AMS sem perícia prejudica qualidade do atendimento

Com a desculpa de contenção de custos, Petrobrás cancela perícia odontológica. Ao acabar com este serviço, a atual gestão da Petrobrás cria um problema no controle de qualidade e custo do atendimento e dos serviços e ainda

abre possibilidades de fraudes no programa.

A FUP denuncia esta medida de precarização e vai continuar lutando por uma AMS sustentável e com o melhor atendimento possível.



Caminhada na reserva tem nova data em outubro

A caminhada ambiental na Reserva dos Petroleiros, em Tinguá, que estava programada para acontecer no dia 29/09 foi cancelada devido ao mau tempo.

A direção do Sindipetro Caxias convida todos os petroleiros e petroleiras e seus familiares para participarem da caminhada remarcada para o dia 20 de outubro, às 8 horas. Basta confirmar sua ida na secretaria do Sindicato.

Prazos para autorização de procedimentos da AMS

Petrobrás encaminhou para a Federação Única dos Petroleiros, no último dia 27, um documento com os prazos atualizados para a realização de procedimentos da AMS. De acordo com a tabela, algumas autorizações levam até 15 dias úteis. A única exceção, é para atendimento em situação de emergência que, neste caso, a autorização é imediata. Lembrando que a marcação de perícia deve ser realizada pelo telefone (21) 3224-4352

- Procedimento odontológico em ambulatório: 07 dias úteis
- Terapias seriadas (fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicoterapia): 10 dias úteis
- Serviço diag. e terapia regime ambulatorial/atendimento em regime hospital dia (exceto quimioterapia/radioterapia e remoção cujo prazo é de até 5 dias úteis): 10 dias úteis
- Internação com ou sem OPME: 15 dias úteis

PCR Transpetro é cilada

A Transpetro abriu no dia 01/10 a adesão ao Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), que está sendo ofertado aos trabalhadores de forma individual e à revelia das entidades sindicais, seguindo os mesmos parâmetros da Petrobrás. O prazo de adesão é até 14 de novembro.

A orientação da FUP e do Sindipetro Caxias é que os trabalhadores não caiam nessa armadilha, pois terão perdas de direitos e ficarão à mercê dos gestores, como já está acontecendo na Petrobrás.

Desenhado para atender às recomendações do governo Temer (documento da SEST publicado em dezembro de 2017, determinando cargos amplos e abrangentes nas empresas estatais), o PCR é claramente inconstitucional, pois fere o princípio do Concurso Público, ao impor a mobilidade entre cargos, o que é vedado pela legislação.

Quem aderir ao plano estará renunciando ao cargo para o qual foi concursado e abdicando das atribuições de sua profissão para tornar-se um trabalhador multifuncional, à disposição dos gestores.

Além disso, o PCR é mais uma ferramenta de cooptação que os gestores do Sistema Petrobrás criaram para comprar direitos coletivos, que foram duramente conquistados pela categoria. Em troca de um abono, os trabalhadores que caírem nessa armadilha estarão abrindo mão de uma das principais conquistas do Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC), que é o avanço de nível por antiguidade a cada 24 meses.

Ao estender para 60 meses a progressão automática, em alguns anos, a Transpetro já terá “recuperado” os abonos pagos, já que “economizará”, congelando as

carreiras dos petroleiros. Um trabalhador sem a meritocracia estabelecida pela gestão receberia um nível a cada cinco anos. Ou seja, ao longo de uma carreira de 35 anos na empresa, esse petroleiro só terá direito a sete níveis por antiguidade.

Outra ferramenta criada pelo PCR é o “Cargo Amplo”, através da qual os gestores poderão impor aos trabalhadores tarefas alheias às suas responsabilidades. O objetivo é transformar os atuais 18 cargos de nível superior e as 15 de nível técnico em dois únicos cargos: Profissional Transpetro de Nível Superior e Profissional Transpetro de Nível Técnico.

A direção do Sindipetro Caxias fará setoriais no TECAM para trazer lucidez aos Petroleiros frente à má intenção da empresa em iludir os trabalhadores com a meritocracia.

Por que os trabalhadores da Transpetro não devem aderir ao PCR?

- O PCR viola a Constituição Federal e a legislação trabalhista, ao impor aos trabalhadores cargos, funções e tarefas que não estavam previstos no concurso público em que foram admitidos na empresa.
- Aumenta de 24 para 60 meses o avanço de nível por antiguidade.
- Legaliza o desvio de função, com sobrecarga de trabalho e facilitando a extinção de cargos, a terceirização da atividade fim e a privatização.
- Acaba com a isonomia, criando dois planos com diferenciações de mobilidade e progressão.
- Os atuais 18 cargos de nível superior e 15 cargos de nível médio serão transformados em dois únicos cargos: nível médio e nível superior.
- Através do “Cargo Amplo”, os gestores passarão a impor aos trabalhadores tarefas alheias às suas responsabilidades.
- Os trabalhadores terão suas responsabilidades e atribuições aumentadas ao mesmo tempo em que o poder de comando do patrão será ampliado.
- Apesar do aumento das atribuições, a remuneração permanecerá a mesma.
- Os gerentes ganham carta branca para movimentar os trabalhadores da forma que melhor atender as demandas surgidas.
- A Transpetro fugirá à imposição constitucional de um cargo específico, a ser preenchido por um concurso público correspondente.

Benefício Farmácia:

Reembolsos atrasados serão pagos dia 25

Depois da pressão e da luta da FUP exigindo que a atual gestão da Petrobrás restitua os aposentados dos valores não reembolsados desde junho, a empresa emitiu nota divulgando que pagará no dia 25 de outubro os valores atrasados.

Para as futuras solicitações de reembolso, a empresa comunicou que serão creditados nos contracheques, todo dia 25 do mês seguinte.

FUP apresenta ao presidente da Petrobrás alternativa para equacionamento dos Planos Petros

Em mais uma etapa da luta pela construção de alternativas para o equacionamento dos déficits dos Planos Petros (PPSP-R e PPSP-NR), representantes da FUP se reuniram no dia 02/10 com o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro. A reunião contou com a participação do coordenador em exercício da FUP, Simão Zanardi Filho, dos conselheiros deliberativos eleitos, Paulo César Martin e Norton Almeida, e do petroleiro aposentado Hélio Libório, que integram o GT Petros. Também participaram do encontro os diretores da Petrobrás, Eberaldo de Almeida Neto (Assuntos Corporativos) e Rafael Grizolia (Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores), além do gerente executivo de Recursos Humanos, José Luiz Marcusso.

Quitação da PR para os trabalhadores da Fafen-PR

Antes de apresentar a proposta que reduz o equacionamento da Petros e resolve questões estruturais dos planos, a FUP cobrou do presidente da Petrobrás o cumprimento do compromisso que a empresa assumiu com a Federação de garantir a aprovação do Termo de Quitação da PLR 2017 pela diretoria da Araucária Nitrogenados, bem como a assinatura do Acordo de Metodologia da PLR, que tem vigência até março de 2019. A FUP ressaltou a necessidade de agilizar a assinatura do acordo para viabilizar o pagamento da PR aos trabalhadores da Fafen-PR. O presidente Ivan Monteiro reafirmou que o acordo será cumprido, pois foi uma decisão da diretoria.

Críticas ao PP3

Os representantes da FUP no GT-Petros também questionaram a proposta de implantação do PP3, e afirmaram que a alternativa mais viável para os participantes da ativa que estão com salário acima dos tetos de benefícios dos Planos seria o saldamento desses benefícios e o ingresso no PP2.

“Além disso, o PP3 teria sérios problemas de liquidez para garantir a portabilidade de 100% da conta individual, de cada participante que ingressasse nesse plano, pois, esses recursos seriam oriundos de cotas do patrimônio do PPSP-R e do PPSP-NR, sem contar com as diversas ações judiciais que os participantes e assistidos ingressariam para impedir a saída desses recursos para o PP3”, alertou Paulo César Martin.

Petros: equacionamento viável e perenidade futura

Ao detalhar a proposta para o equacionamento dos Planos Petros, a FUP destacou que as alternativas apresentadas reduzem consideravelmente os valores absurdos impostos pela Petros (PED), que está penalizando os aposentados e pensionistas com contribuições extras de 220% e os participantes da ativa com 165% a mais de desembolso.

Na proposta apresentada pela FUP, esses valores cairiam para 30%, já prevendo o equacionamento também dos déficits que terão que ser cobertos em 2019. Isso seria feito através de alternativas viáveis, que reduziriam os passivos dos planos. “Além do aumento de apenas 30% nas contribuições normais, seriam cobradas contribuições extraordinárias sobre o 13º benefício e o pecúlio por morte e a aplicação de um deflator da inflação para os próximos cinco anos de 2,5%”, explica o diretor da FUP e conselheiro deliberativo eleito, Paulo César Martin.

A FUP explicou que a proposta prevê ainda soluções para os problemas estruturais do PPSP-R e do PPSP-NR,

garantindo, assim, a sustentabilidade futura de ambos os planos.

O presidente da Petrobrás mostrou interesse na proposta e ressaltou que o diálogo é o caminho para a busca de uma solução para os problemas dos Planos Petros. Ele informou que irá encaminhar a proposta para que seja avaliada pela área técnica da empresa e que dará um retorno aos trabalhadores o mais rápido possível e propôs uma nova reunião com a FUP até o final deste mês.

Reuniões com os órgãos reguladores

A FUP também está agendando uma reunião com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, para apresentar e esclarecer dúvidas sobre os principais pontos da proposta de equacionamento dos Planos Petros.

A luta agora é para que a proposta tenha o consenso das demais entidades representativas e avance

dentro do GT Petros para que seja encaminhada para aprovação do Conselho Deliberativo e dos órgãos de fiscalização: Sest, e a Previc.

Falta de empenho por parte da Petros

A FUP destacou para a diretoria da Petrobrás que os trabalhos no GT Petros estariam mais adiantados se a Petros não estivesse dificultando o acesso às informações cobradas pela FUP para validar os dados atuariais e financeiros apresentados na proposta.

A FUP também questionou o fato da Fundação estar sem comando, desde a saída de Walter Mendes, e cobrou a nomeação de um presidente que pertença à estrutura da Petrobrás para que esteja alinhado com os interesses dos participantes e assistidos e não com os interesses do mercado.